

(CONTINUAÇÃO)

08

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)**

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

**Impostos sobre a renda correntes e diferidos**

O imposto sobre a renda corrente e diferido é reconhecido como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido. Os detalhes estão divulgados na Nota Explicativa nº 14.

**3.10. Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

**Ativos financeiros**

Os ativos financeiros da Sociedade estão classificados na categoria de empréstimos e recebíveis e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

**Empréstimos e recebíveis**

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, no caso da Sociedade, compreendem as aplicações financeiras, saldos a receber de partes relacionadas, contas a receber de clientes e outros ativos circulantes.

**Baixa de ativos financeiros**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- a Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse" e: (a) a Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou (b) a Sociedade não transferir, nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

**Passivos financeiros**

Representados por empréstimos e financiamentos bancários, fornecedores e outras obrigações são apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias e cambiais incorridos até as datas das demonstrações contábeis. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento de dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

**Baixa de passivos financeiros**

A Sociedade baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Sociedade são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

**Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge"**

No exercício de 2014 a Sociedade não possui operações que envolvessem instrumentos financeiros derivativos.

No exercício de 2013 a Sociedade detinha instrumentos derivativos que se destinavam a compensar a variação no seu fluxo de caixa futuro estimado (hedge de fluxo de caixa).

**3.11. Participações no resultado**

A Sociedade reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos funcionários, o qual é vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício por um comitê formado por representantes dos empregados, sindicato e Empresa.

**3.12. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que

um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**3.13. Transações e saldos em moeda estrangeira**

Na elaboração das demonstrações contábeis da Sociedade, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente de sua moeda funcional é registrada de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no final do exercício. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto as variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídos no custo desses ativos, quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos.

**3.14. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - "Demonstração do valor adicionado".

**3.15. Lucro líquido do exercício por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações no respectivo período.

**3.16. Novas normas contábeis**
**3.16.1 Alterações/novas normas contábeis que entraram em vigor em 2014**

As seguintes normas contábeis estão em vigor desde 1 de janeiro de 2014 e não trouxeram efeitos nas demonstrações contábeis da Sociedade:

- Alterações às IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 27/CPC 35 (R2) - Entidades de Investimento;
- IAS 32/CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos;
- Alterações ao IAS 36/CPC 01 (R1) - Divulgação de Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros;
- Alterações à IAS 39 - Novação de Derivativos e Continuidade de Contabilidade de Hedge; e
- IFRIC 21/ICPC 19 - Tributos.

**3.16.2 Normas contábeis que entrarão em vigor após 2014**

A Sociedade está avaliando os impactos da adoção das normas emitidas pelo IASB em 2014 (ainda sem correspondente no CPC) que entrarão em vigor após o exercício de 2014:

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) - Instrumentos financeiros (Financial Instruments);
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2017) - Receita de Contratos com Clientes (Revenue from Contracts with Customers);
- IAS 16 e IAS 38 (aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2016) - Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization - Amendments to IAS 16 and IAS 38); e
- IAS 16 e IAS 41 - Agricultura: Plantas Produtivas.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa e bancos, além de aplicações resgatáveis a qualquer momento sem perda do rendimento auferido, realizadas em instituições financeiras de primeira linha, conforme segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	205	1.250
Títulos e valores mobiliários (I)	6.812	4.456
<b>Total</b>	<b>7.017</b>	<b>5.706</b>

(I) Títulos e valores mobiliários compostos por certificados de depósito com instituições financeiras descritas a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Banco do Brasil	2.789	-
Banco Bradesco	953	-
Banco Mizuho	3.070	3.735
Banco Votorantim S.A. (Nota nº 17d)	-	721
<b>Total</b>	<b>6.812</b>	<b>4.456</b>

As aplicações possuem rendimentos equivalentes a 100% do CDI, com prazo de vencimento inferior a um ano, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

**5. Estoques**

Bauxita	31/12/2014	31/12/2013
Minerada	2.761	2.463
Britada	450	1.703
Lavada	2.740	5.979
Úmida	24.035	16.247
Seca	5.887	939
<b>Total</b>	<b>35.873</b>	<b>27.331</b>
Material de consumo e outros	49.698	47.189
Provisão para obsolescência (I)	(6.139)	(6.633)
<b>Total</b>	<b>79.432</b>	<b>67.887</b>

(CONTINUA)